

## **Projeto de Pesquisa – SEP – Sessões de Comunicações**

**Autor: Heitor Ponce Dellasta – RA: 169490**

**Orientador: Bruno Martarello De Conti**

### **Título do Projeto:**

Desenvolvimento e subdesenvolvimento na América Latina: um estudo sobre as limitações históricas e o contexto econômico recente.

### **I – Resumo**

O projeto proposto insere-se em um amplo projeto de pesquisa que procura entender a posição e a configuração econômica recente das economias latino-americanas à luz de sua inserção histórica na Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Intitulado “Desenvolvimento e subdesenvolvimento na América Latina: um estudo sobre as limitações históricas e o contexto econômico recente”, esse projeto tem como objetivo central reunir as diferentes interpretações a cerca da condição de subdesenvolvimento dos países da América Latina (Brasil, México e Argentina) com o intuito de analisar o contexto econômico recente (2000-2015) desses territórios. As indagações vão no sentido de verificar as alterações no dinamismo econômico, nas pautas de exportação e importação e na importância da periferia para o cenário internacional, de forma a compreender a essência do subdesenvolvimento.

### **II – Introdução**

Os países da América Latina passaram por um processo semelhante de formação histórica, que os colocou em um patamar de subdesenvolvimento. Dois podem ser considerados os fatores principais: (i) sua formação como uma estrutura exportadora de commodities; e, de forma associada (ii) sua dependência externa (Furtado, 1969; Prebisch, 1949). A integração internacional por meio da configuração de uma divisão internacional do trabalho, fez com que esses países assumissem posições desprivilegiadas quando comparados com países centrais.

Foi no decorrer do século XIX que tomou forma um sistema econômico baseado na, já

citada, divisão internacional do trabalho<sup>1</sup>, resultando em: (i) um núcleo no processo de capitalização que concentra a atividade industrial, produz equipamentos, financia exportações mundiais de bens de capital, controla a infraestrutura dos meios de transporte do comércio internacional e importa produtos primários; (ii) reorientação da produção primária, com áreas de especialização na exportação de matérias-primas; e (iii) criação de uma rede de transmissão do processo técnico (Prebisch, 1949). No que diz respeito aos países latino-americanos, em sua totalidade se tornaram economias exportadoras de matérias primas (Furtado, 1969); uma posição surgida no período colonial e que se manteve inalterada mesmo após o processo de independência política desses países. De um lado estava o desenvolvimento dos centros industriais apoiado no processo tecnológico e numa rápida acumulação de capital, de outro lado, estavam o desenvolvimento das chamadas regiões periféricas que aumentavam sua produtividade econômica dos fatores sem significativas mudanças no processo de produção.

No que diz respeito às independências dos países em questão, existem diferentes processos que precisam ser analisados e entendidos de maneira distinta, um diz respeito à independência política e outro diz respeito à independência econômica. Uma vez que a dependência latino-americana decorria da própria estrutura da economia mundial, por meio da criação de polos de comando que detinham o controle do capital – (i) orientavam transferências internacionais de capitais, (ii) financiavam estoques estratégicos de produtos exportáveis, (iii) interferiam na formação de preços e (iv) investiam em infraestruturas específicas – (Furtado, 1969), as independências conquistadas ocorreram de maneira desconexa por apresentarem diferentes barreiras de superação. Enquanto a independência política foi conquistada em sua maioria no período pós-colonial, a independência econômica permanece em discussão.

Além disso, por uma análise macroeconômica, existem diversas políticas e mecanismo que restringem o acesso à tecnologia, o desenvolvimento de infraestrutura e o fortalecimento de economias de países periféricos quando comparados com países centrais (Cano, 1999).

*<sup>1</sup>A visão aqui tratada a cerca da divisão internacional do trabalho, é baseada na teoria defendida pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), na qual considera que seus imensos benefícios não chegam a periferia, criando acentuadas diferenças no padrão de vida das massas desses países quando comparados com aquelas dos países centrais. – diferente da visão clássica sobre o tema de Adam Smith, que sustenta um argumento de que a divisão do trabalho aprimora as forças produtivas e aumenta o excedente, resultando em benefícios para todos os países, homogeneamente.*

Desde a Primeira Guerra Mundial a penetração de capitais estrangeiros ganhou grande impulso na América Latina tanto em investimento de carteira quanto sob a forma de controle de empresas (Furtado, 1973), configurando uma forte dominação política, em especial pelos EUA. No pós Segunda Guerra, instituições criadas pelo acordo de Breton Woods deram força para que, os EUA e os demais países centrais continuassem modelando a estrutura econômica mundial conforme seus interesses e conveniências (Bandeira, 2005). Se o aumento do progresso técnico restrito a países centrais tinha como premissa atingir de maneira equitativa a totalidade do globo, seja por meio da queda de preços ou do aumento da renda, na prática, ele apenas contribuiu para se perpetuasse o atraso na industrialização dos países periféricos (Prebisch, 1949), como é do caso dos países latino-americanos, que até o final do século XIX mantiveram como base de sua economia a produção primária.

De toda forma, a partir da Segunda Guerra Mundial, Furtado (1969) defende ter surgido um sentimento e uma consciência latino-americana decorrente dos problemas sociais e de desenvolvimento econômico da região. A partir desse ponto criou-se uma reflexão e a formação de uma nova escola de pensamento econômico, conhecida como estruturalismo latino americano. Segunda essa escola, a América Latina deveria perseguir o aumento de sua autonomia dentro do contexto econômico mundial, por meio de mecanismos como: (i) aumento da participação no mercado internacional; (ii) maior diversidade de sua economia exportadora; (iii) operação intraregional; (iv) diminuição de sua vulnerabilidade externa; e (v) aumento do fluxo de investimento em outros países. E, de alguma forma, momentos de crise internacional são momentos favoráveis a essa busca.

*“[...] A desorganização do comércio internacional que se seguiu a crise de 1929 teve consequências profundas na região (América Latina). Foram os problemas surgidos a partir de então que abriram caminhos a formação da atual consciência latino-americana”.*

*(Furtado, 1969 – p16)*

Partindo dessa perspectiva histórica, uma análise do século XXI deve entendê-lo como um período complexo dentro do cenário internacional – e por isso, de grande

necessidade de estudos. Trata-se de um momento no qual os países latino-americanos ainda apresentam, individual ou conjuntamente, um perfil não totalmente definido no seu processo de homogeneização cultural, de modernização político-social e de desenvolvimento econômico. Ou seja, apesar de apresentar características que pode indicar avanços quando comparado com o processo histórico, por outro lado, mantém aspectos inalterados que continuam sendo barreiras em seu desenvolvimento e independência econômica.

Se, por um lado, em muitos países latino-americanos ocorreu, nesse início de século: (i) desenvolvimento técnico e modernização na infraestrutura, (ii) crescimento da expectativa de vida, (iii) reformulação das relações econômicas com países centrais e outros periféricos, (iv) diminuição do processo de marginalização social, (v) aparelhamento do setor público e (vi) cooperação no plano regional; por outro lado, ocorreu também (i) não assimilação do desenvolvimento técnico e modernização nas atividades e processos diretamente produtivos, (ii) manutenção das altas taxas de natalidade<sup>1</sup>, (iii) distribuição desequilibrada e desigual dos recursos financeiros e (iv) dificuldade de manutenção das conquistas.

O projeto pretende, portanto, estudar o período 2000-2015 para alguns países latino-americanos – especificados abaixo –, mas tendo como base a complexidade da inserção periférica dentro de um terreno historicamente pré-estabelecido, descrito ao longo dessa introdução. Faz-se necessário de entender os fatores que levaram ao *boom* latino-americano deste início de século XXI e posteriormente as razões que explicam a desestruturação do modelo, relacionando-as às bases estruturais do sistema capitalista vigente.

A pesquisa em questão justifica-se, também, para trazer percepções sobre o potencial da América Latina e as rupturas necessárias para o desenvolvimento desse potencial.

### **III – Leituras e Reflexões**

O projeto intitulado “Desenvolvimento e subdesenvolvimento na América Latina: um estudo sobre as limitações históricas e o contexto econômico recente” foi elaborado, em sua primeira parte, com o propósito de reunir as diferentes interpretações a cerca da

<sup>1</sup>No contexto de assimilação do progresso técnico em países subdesenvolvidos, seus imensos benefícios não chegam a periferia, criando acentuadas diferenças no padrão de vida das massas desses países quando comparados com centrais. A manutenção das altas taxas de natalidade, portanto, faz com que a maioria da população não seja afetada pelo desenvolvimento em seus aspectos fundamentais. (Prebisch, 1971).

condição de subdesenvolvimento dos países da América Latina. Importantes estudos sobre o território latino-americano foram desenvolvidos no período entre 1950 e 1980 e consagrados pelas interpretações da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e as Teorias da Dependência. Na visão de Furtado (1969), na América Latina o diagnóstico dos problemas do subdesenvolvimento está ligado à tomada de consciência do fenômeno da dependência externa e, considerando que os países latino-americanos<sup>1</sup> passaram por um processo semelhante de formação histórica, que os colocou em um patamar de subdesenvolvimento, o bolsista acredita na necessidade de um aprofundamento prévio no debate histórico do tema.

Assim, com o objetivo de analisar o contexto recente do território, iniciou-se uma seleção de bibliografias para introduzir, familiarizar e levar o bolsista a reflexões sobre a discussão das relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. No que diz respeito ao período citado, 2000-2015, as indagações vão no sentido de verificar as alterações no dinamismo econômico, nas pautas de exportação e importação e na importância da periferia para o cenário internacional, de forma a compreender a essência do subdesenvolvimento; ou seja, discutir essas questões que não só apresentam problemáticas de raízes históricas, como também caracterizam a complexidade da inserção política e econômica da América Latina em estruturas capitalistas previamente estabelecidas.

O caminho de investigação inicia-se no período de colonização – bibliografias que não estavam prevista no projeto inicial –, como ponto de partida para o entendimento da situação de subdesenvolvimento; trata-se de examinar o modo como se dava a estrutura econômica e institucional, herdada do período colonial-exportador, na tentativa de entender um processo cujos desdobramentos históricos seriam singulares à especificidade de suas experiências. Além disso, continua por meio do processo de industrialização e construção da condição periférica, sob a luz da discussão entre as diferentes interpretações que apresentavam como objetivo a identificação dos obstáculos que se impunham ao desenvolvimento.

As reflexões aqui propostas, portanto, serão divididas em três partes, de modo a abordar as principais leituras sobre: (i) colonialismo, (ii) escola estruturalista e (iii) escola da dependência.

<sup>1</sup> A condição de subdesenvolvimento não é exclusividade da região da América Latina, é importante destacar que as periferias do capitalismo – América Latina, Ásia e África – sofreram processos semelhantes, embora com especificidades.

Primeiro, o estudo sobre a situação subdesenvolvida deve iniciar-se junto com a história das ideias econômicas capitalistas nesses países, sendo duas as principais visões sobre o assunto. Segundo Holanda (1959), a ocupação do chamado Novo Mundo pode ser organizada, dentre muitos fatores, pela visão idealizada difundida na era dos descobrimentos marítimos, ou seja, a crença existencial do Paraíso Terreal, desconhecido, porém acessível, entre os descobridores, dá traços comuns à colonização de várias regiões da atual América Latina. É, portanto, por meio dessa interpretação, que o autor classifica o processo colonizador da região como ocupacional e exploratório<sup>1</sup>. Para ele, o deslocamento dos conquistadores latinos encontra a natureza que se entregava de imediato em sua plenitude, assim, nesse continente, a atração se dava pela esperança de encontrar em suas conquistas um paraíso de riquezas mundanas a quem generosamente se oferecia, sem a dura necessidade de ter de apelar para o trabalho dos homens. Por essa perspectiva, portanto, se pode compreender a afirmação de Holanda (1936) sobre a estrutura dos países latino-americanos formarem-se pela ausência de qualquer esforço à cooperação e, conseqüentemente, de uma identidade nacional.

Nesse sentido, o autor classifica a construção social da região latino-americana como uma crise de adaptação do indivíduo ao mecanismo social. A sociedade desse subcontinente, assim, desenvolvendo-se em núcleos privados, não cria um ideal de semelhança; o Estado só surgiria por uma transgressão dessa ordem, ou seja, a destruição dos indivíduos e formação dos cidadãos. Em resumo, a vinda dos colonizadores, para Holanda (1936), aconteceu em função do interesse pela riqueza do território, mas a riqueza que custa ousadia e não a riqueza que custa trabalho; a condição de subdesenvolvimento, portanto, é interpretada como uma herança colonial – em estruturas econômicas, políticas e sociais – que impede o processo de desenvolvimento.

Já para Prado Jr (1942), o “descobrimento” dos países do continente americano compõe um capítulo da história do comércio europeu e, nesse sentido, o processo de colonização é dado pelo seu sentido mercantil. Para o autor, por meio da criação de territórios destinados à exploração de recursos naturais de um território virgem, a formação econômica colonial se subordina inteiramente para produzir e exportar gêneros tropicais e minerais destinados ao continente europeu; como consequência, esse traço caracteriza

<sup>1</sup>Em contraste entre as duas américas, o autor afirma que na região anglo-saxônica, diferente do território latino, os colonizadores vão em busca de uma conquista física que há de se converter em Paraíso Terreal através de uma subjugação espiritual e moral.

no continente um mercado interno restrito, a impossibilidade de acumulação financeira e a dificuldade de orientação dos excedentes criados – fatores que impedem o desenvolvimento de uma economia nacional. Em concordância com o sentido mercantil, o autor afirma que a organização colonial surgiu também como reflexo das conveniências da produção e do mercado; logo, a força e a violência no processo de colonização e povoamento, o trabalho escravo e a indisciplina sexual, são características da construção de um negócio e não de uma sociedade.

Como consequência final, para Prado Jr (1942), o resultado histórico do processo de colonização caracterizou uma região de economia complementar e reflexiva, com uma sociedade marcada pela ausência de nexos morais; o subdesenvolvimento, nessa visão, é caracterizado pela permanência do passado colonial que continua com suas estruturas inalteradas, ou nas palavras do autor, periodizadas.

Como segundo bloco de leituras selecionadas, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) foi a responsável por iniciar os estudos que reconheciam a região como um corpo analítico específico por meio do método histórico-estruturalista. Os autores cepalinos entendiam que os países subdesenvolvidos mereciam uma formulação teórica independente, ou pelo menos adaptada, porque em seus aspectos relevantes funcionavam de forma diferente dos desenvolvidos – a teorização, portanto, cumpriria a versão regional da teoria do desenvolvimento. Com diferentes conceitos e formulações, a mensagem central da CEPAL mostrava a necessidade de realizar política de industrialização como forma de superar o subdesenvolvido, esse, entendido nas palavras de Furtado (1961) da seguinte forma:

*“O subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. [...] O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob formas variadas e em diferentes estágios.”*

(Furtado, 1961, p.176)

Logo, apresentando um arcabouço teórico comum, os autores cepalinos desenvolveram diferentes conceitos que dialogam com o fenômeno do subdesenvolvimento. A premissa sobre os benefícios da divisão internacional do trabalho sugere que o fruto do progresso

técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda coletividade, e, sendo assim, mediante intercâmbio internacional, os países de produção primária conseguiriam sua parte desse fruto sem precisar industrializar-se. No entanto, as acentuadas diferenças nos padrões de vida dos países periféricos, quando comparados com países centrais, destroem essa premissa básica apresentada – assim, Prebisch (1949) afirma a importância da industrialização, como única forma de ir captando parte do fruto do progresso técnico e elevar o padrão de vida das massas. Do ponto de vista do desenvolvimento econômico, segundo o autor, o resultado é consequência da produtividade e da composição das importações; sendo que o primeiro depende de capital constante eficiente e o segundo de predominância de importações de caráter impostergável.

Além da conclusão comum sobre o processo de industrialização, há muitas outras discussões sobre as problemáticas envolvidas. Na visão de Tavares (1972), a industrialização precisava de uma interpretação dentro do modelo de desenvolvimento da América Latina; nesse sentido, as exportações eram praticamente a única componente autônoma do crescimento da renda, como também, o setor exportador representava o centro dinâmico de toda economia. Logo, uma vez que o crescimento econômico ficava basicamente atrelado ao comportamento da demanda externa por produtos primários, a industrialização deveria agir de forma a provocar mudanças das variáveis dinâmicas da economia, criando um aumento da participação e do dinamismo interno através do processo de substituição de importações<sup>1</sup>. Outra abordagem importante para o estudo é a de Pinto (1979), segundo qual a via de industrialização na América Latina, como fundamento para a construção de um novo polo da indústria projetada para dentro, carregava junto o ideal de homogeneização semelhante à registrada nos centros. Para ele, diferentemente do esperado, a capacidade de irradiação do setor moderno revelou-se muito menor, aprofundando um progresso caracterizado pela heterogeneidade estrutural; como consequência, não é difícil encontrar situações nos quais se criam dentro das regiões subdesenvolvidas, uma espécie de exploração interna, da periferia por parte de seu centro.

Em resumo, o subdesenvolvimento na visão estruturalista é explicado por Furtado (1961) como o efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas -

<sup>1</sup>Segundo Tavares (1972), de forma a evitar aceções erradas, a designação é aplicada para caracterizar um processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial.



variando de região para região, ao sabor de circunstâncias locais e do tipo e intensidade de penetração capitalista.

Por fim, a Teoria de Dependência se constrói entre os anos 1960 e 1980 através da sua contestação ao desenvolvimentismo – seus autores polemizam interpretações como o dualismo do subdesenvolvimento marcado pelo conflito entre setores modernos e retardatários na economia, ausência de capitais perspectiva exclusivamente econômica. Nesse sentido, segundo Cardoso e Faletto (1967), o conceito de subdesenvolvimento refere-se mais à estrutura de um tipo de sistema econômico, com predomínio do setor primário, forte concentração da renda, pouca diferenciação do sistema produtivo e, sobretudo, predomínio do mercado externo sobre o interno. Ou seja, a condição dos países latino-americanos não poderia ser erradicada com simples política corretiva ou maiores doses de investimento.

#### **IV – Objetivos**

O projeto tem como objetivo de fundo o desenvolvimento de uma percepção comum em relação aos países latino-americanos e sua inserção histórica, procurando verificar as mudanças políticas e econômicas recentes, mas tendo como base sua formação histórica. Para isso, o objetivo mais concreto é analisar dados, para o período 2000-2015, que explicitem a participação de alguns países latino-americanos (Brasil, México, Argentina) no mercado internacional, tanto por uma análise numérica de valores monetários quanto por uma avaliação qualitativa dos produtos transacionados, países envolvidos e acordos e blocos econômicos firmados. Com isso, pretende-se verificar se a relativa pujança econômica do período em tela foi acompanhada de uma mudança na forma de inserção desses países na divisão internacional do trabalho ou se os limites historicamente impostos para essas mudanças estruturais continuam vigentes.

Algumas perguntas que norteiam o trabalho são: Em que aspectos é possível dizer que o subdesenvolvimento e seus reflexos políticos, sociais e econômicos permanecem inalterados? E, por outro lado, houve aumento no grau de independência dos países latino-americanos dentro do atual cenário do século XXI?

Nesse sentido, colocando o tema de subdesenvolvimento como central, o projeto, pretende investigar o caminhar econômico de uma região que sempre foi regularmente usada para promover interesses privados específicos (Bandeira, 2005). No século XXI,

pode-se levantar a hipótese de que o cenário de consciência latino-americana cresceu tanto através do desenvolvimento político e econômico da região, quanto pela valorização cultural e social da sua população; de que os países periféricos que antes permaneciam como papéis secundários em assuntos políticos e econômicos ganharam destaque em importantes relações econômicas e acordos diplomáticos – posto isso, a análise da participação desses países da divisão internacional do trabalho se faz necessária para avaliar a pertinência dessas hipóteses.

Além disso, a partir desse objetivo geral – do projeto como um todo –, a presente proposta tem alguns objetivos associados relacionados à inserção histórica do problema debatido: (i) dada a composição histórica do comércio exterior dos países latino-americanos – predominantemente caracterizada pela exportação de commodities e importação de manufaturados (Prebisch, 1949), a percepção de uma mudança nesse padrão é fundamental para caracterização de uma possível tentativa de diminuir a dependência econômica no atual contexto global; (ii) análise de acordos econômicos e diplomáticos – sendo uma região particularmente afetada pelas políticas dos países centrais (Bandeira, 2005), o surgimento de uma cooperação regional e global dos países periféricos tende a caracterizar uma importante mudança para a emancipação político-econômica desses países; (iii) avaliação do peso dos parceiros econômicos – determinando, em conjunto com o item anterior, quais os maiores interessados no desenvolvimento da região; e (iv) levantamento dos investimentos externos nos países – em grande parte de sua história a entrada de capitais estrangeiros implicava crescente desnacionalização da economia e consequente incremento das remessas de lucros (Bandeira, 2005), de forma que analisar a quantidade e a qualidade desses investimentos, recentemente, significa entender o grau de dependência técnica dos países latino-americanos.

Espera-se que essa pesquisa possa contribuir como o debate a cerca do subdesenvolvimento e dos países periféricos, em especial na região da América Latina, compreendendo mecanismos políticos e econômicos que dificultam a inserção homogênea desses países no mercado internacional, ao mesmo tempo em que trazendo luz sobre a potencialidade não aproveitada.

## **V – Bibliografias**

BANDEIRA, L A M. Formação do Império Norte Americano: da guerra contra a Espanha à guerra contra o Iraque – 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 854p

CANO, Wilson. Soberania e política econômica na América Latina. São Paulo: Editora Unesp, 1999. 583p

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – V1. Rio de Janeiro: Record: 2000.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala – 51ed. São Paulo: Global Editora, 1933. 768p

FURTADO, Celso. A Economia Latino Americana: Formação Histórica e Problemas Contemporâneos – 4ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.496p

FURTADO, Celso. A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973. 192p

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil – 34ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1959. 352p

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico – 3ed. São Paulo: Paz e Terra, 1974. 117p

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2009. 236p

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1936. 256p

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1959. 584p

PINTO, Aníbal Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural”. In: BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – V1. Rio de Janeiro: Record: 2000.

PRADO JR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 1942. 440p

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – V1. Rio de Janeiro: Record, 2000. 69-136p

PREBISCH, Raul. Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano. In: BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – V1. Rio de Janeiro: Record: 2000. 451-495p

PREBISCH, Raul. Change and development: Latin America's great task. Santiago: Economic Commission for Latin America, 1971. 36p

SMITH, Adam. A Riqueza das Nações. São Paulo: Abril Cultura, 1983. (Coleção Os Economistas). 412p

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1972